



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 04

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009

ÍNDICE

➤ RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA.....	3
➤ PAGAMENTOS.....	3
➤ ACTA	4
➤ URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	
➤ PROCESSOS APROVADOS	4
➤ DELIMITAÇÃO DE UMA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU – PARA O NÚCLEO ANTIGO DE ALCOCHETE	5
➤ RECTIFICAÇÃO DE MORADA.....	6
➤ EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	
➤ “BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – FÓRUM CULTURAL” – PROC.º I-04/08 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA	7
➤ “CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO – EB 1 N.º 2 DE ALCOCHETE (VALBOM)” – PROC.º I-05/08 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE LIQUIDAÇÃO/CONTA FINAL	8
➤ DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS DE PROTECÇÃO CIVIL (RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO)	8
➤ ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO	11
➤ PEDIDO DE ISENÇÃO/REEMBOLSO DA TAXA DE SANEAMENTO – CLIENTE N.º 1278034	11
➤ COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO/ANO 2008.....	12
➤ DOAÇÃO DE ARTIGOS DE PUERICULTURA	15
➤ ADENDA AO PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE E A CERCIMA.....	15
➤ ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL	16
➤ SUBSÍDIOS.....	19
➤ INFORMAÇÕES	20
➤ INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE.....	24
➤ ENCERRAMENTO	25

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, nesta Vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de Presidente da Câmara, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores António Luís Lucas Rodrigues, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, José Dias Inocêncio, Arnaldo Matias Sena Teixeira e Rosália Maria Vila Cova Caetano Barbosa.

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

Seguidamente, procedeu-se à leitura do seguinte:

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Referente ao dia de ontem, que acusa o saldo, em disponibilidades de operações orçamentais, no montante de um milhão, cento e quatro mil, novecentos e setenta euros e seis cêntimos.

A Câmara tomou conhecimento.

PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que foi autorizado o pagamento das despesas no valor de duzentos e nove mil, setecentos e noventa e cinco euros e trinta cêntimos, a que correspondem as ordens de pagamento emitidas do número 1324 ao número 1600.

A Câmara tomou conhecimento.

ACTA

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a acta da reunião ordinária realizada em 4 de Fevereiro de 2009.

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

PROCESSOS APROVADOS

O Senhor Presidente informou a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sobre a aprovação dos projectos seguintes:

a) Projecto de arquitectura apresentado por Nabão Sul – Construções, Lda., referente à construção de uma moradia unifamiliar de 2 pisos com cave e sótão, sita na Quebrada Norte, Lote 63, em Alcochete (alterações).

Proc.º N.º AE.029.05 (H)

b) Projecto de arquitectura apresentado por Nabão Sul – Construções, Lda., referente à construção de uma moradia unifamiliar de 2 pisos com cave e sótão, sita na Quebrada Norte, Lote 64, em Alcochete (alterações).

Proc.º N.º AE.030.05 (H)

c) Projecto de arquitectura apresentado por Nabão Sul – Construções, Lda., referente à construção de uma moradia unifamiliar de 2 pisos com cave e sótão, sita na Quebrada Norte, Lote 65, em Alcochete (alterações).

Proc.º N.º AE.121.05 (H)

d) Projecto de arquitectura apresentado por Pedro Miguel Rodelo Freitas e Carina Filipa Santos Oliveira, referente à construção de uma moradia unifamiliar de 1 piso com sótão e garagem, sita em Fazendas do Samouco, Samouco (alterações).

Proc.º N.º LE.037.06 (H)

e) Projecto de arquitectura apresentado por Contaves – Comércio e Transformação de Aves, Lda., referente à adaptação de uma garagem para armazenamento e distribuição de aves, sito na Rua João José Alves, n.º 35, em Samouco.

Proc.º N.º LE.012.08

A Câmara tomou conhecimento.

DELIMITAÇÃO DE UMA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU – PARA O NÚCLEO ANTIGO DE ALCOCHETE

Pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«O Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana faz parte integrante da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, artigo 82.º.

Os proprietários que realizarem obras de reabilitação nos edifícios, desde que as obras sejam iniciadas no período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2010, concluídas até 31 de Dezembro de 2012, têm direito a incentivos fiscais.

No entanto, só são abrangidos prédios urbanos arrendados passíveis de actualização de renda de acordo com o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) ou prédios localizados em áreas de reabilitação urbana (ARU).

A Área de Reabilitação Urbana é caracterizada pela degradação dos edifícios, das infraestruturas, do equipamento social e do espaço público e pode abranger Zonas Históricas ou Antigas classificadas por PDM, zonas de protecção de imóveis classificados, áreas críticas de reconversão e recuperação urbanística (ACRRU) ou outras áreas desde que sejam delimitadas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, obtido parecer do IHRU.

Considerando que o Núcleo Antigo de Alcochete necessita de uma intervenção conjunta, tanto no que se refere a infraestruturas e reabilitação do espaço público como à reabilitação dos edifícios particulares, considera-se que a delimitação do

Núcleo Antigo de Alcochete, como áreas de reabilitação urbana, poderá contribuir para a sua reabilitação.

Considerando que através do Decreto Regulamentar n.º 64/86, de 13 de Novembro, foi limitada uma Área crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do aglomerado das Barrocas, no Centro Histórico de Alcochete.

Considerando que o Núcleo Antigo de Alcochete tem três imóveis classificados com as respectivas zonas especiais de protecção e que o IGESPAR propôs a criação de uma ZEP conjunta aos três imóveis classificados, área que abrange uma grande parte do Núcleo Antigo de Alcochete.

Proponho submeter a aprovação da Câmara Municipal de Alcochete o seguinte:

A delimitação do Núcleo Antigo de Alcochete como Área de Reabilitação Urbana (ARU), de acordo com limites apresentados em planta, sendo posteriormente enviado para parecer do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

Caso obtenha parecer favorável do IHRU, o processo deve ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal.»

RECTIFICAÇÃO DE MORADA

Rectificação da morada referente a uma vistoria efectuada ao prédio sito na Rua 1.º de Maio, n.º 12, em Alcochete.

Proc.º N.º PD.562/08

Pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na passada reunião deste executivo, realizada em 2009.02.04 foi presente para efeitos de deliberação o auto de vistoria efectuada ao lote 22 da Rua 31 de Janeiro em Alcochete, em nome de Teresa Jesus Seabra Pires. No entanto, através do comunicado desta Câmara Municipal de 17 de Janeiro, foi rectificada a

morada, uma vez que o lote 22 acima mencionado não se situa na Rua 31 de Janeiro em Alcochete, mas sim na Rua 1.º de Maio em Alcochete, sendo concomitantemente atribuídos os números de polícia aos lotes 20, 21 e ao ora mencionado 22.

Face ao exposto, propõe-se que a morada acima indicada seja rectificadora e que na mesma seja considerado o respectivo número de polícia, tendo por consequência a vistoria sido efectuada ao prédio sito na Rua 1.º de Maio em Alcochete, n.º 12, anterior lote 22.

Mais se propõe que a presente deliberação faça parte integrante do respectivo auto de vistoria, para efeitos de certificação e outras formalidades necessárias.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta de rectificação, por unanimidade.

EMPREITADAS E FORNECIMENTOS

“BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – FÓRUM CULTURAL” – PROC.º I-04/08 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA

Presente o auto de vistoria para efeitos de recepção provisória da empreitada em epígrafe, onde se refere que os trabalhos se encontram executados de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos e que estão reunidas as condições para a obra ser recebida provisoriamente.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou, homologar o Auto de Recepção Provisória, por unanimidade.

“CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO – EB 1 N.º 2 DE ALCOCHETE (VALBOM)” – PROC.º I-05/08 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE LIQUIDAÇÃO/CONTA FINAL

Presente o Auto de Liquidação/Conta Final da empreitada acima referida, para efeitos do previsto no artigo 220.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, do qual constam os seguintes elementos:

- Valor total dos trabalhos adjudicados no âmbito do contrato inicial – €19.241,50 (dezanove mil duzentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos) + IVA;
- Valor dos trabalhos realizados no âmbito do contrato inicial €19.241,50 (dezanove mil duzentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos) + IVA;
- Valor total dos trabalhos realizados tanto normais como a mais €19.241,50 (dezanove mil duzentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos) + IVA;
- Descontos de garantia no valor de €962,80 (novecentos e sessenta e dois euros e oitenta cêntimos), retidos durante a execução da empreitada com dedução em cada auto de medição, a favor da Câmara Municipal de Alcochete;
- Descontos no valor de €96,21 (noventa e seis euros e vinte e um cêntimos), deduzidos em cada auto de medição a favor da Caixa Geral de Aposentações.

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou homologar o Auto de Liquidação/Conta Final da referida empreitada, por unanimidade.

DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS DE PROTECÇÃO CIVIL (RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO)

Pelo senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do co-financiamento comunitário do Fundo de Coesão às operações apresentadas no âmbito do domínio de intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos” previsto no Eixo Prioritário III, com o objectivo de uma melhoria do Sistema Nacional de Protecção Civil e o aumento da sua resiliência, designadamente através do reforço de equipamentos, meios e instrumentos necessários a todas as fases do processo de Protecção Civil, com especial enfoque na prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos no Município de Alcochete no que concerne à implementação do conceito de Protecção Civil.

Efectuou-se uma candidatura de parceria entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, no que se refere à aquisição de uma Rede Rádio de Comunicações, procurando aproximar todos os Agentes de Protecção Civil do Concelho e facilitar a sua coordenação e interligação, e de acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil no que concerne à concretização dos objectivos e domínios de actuação propostos é de extrema importância a aquisição da mesma, situação que por défice de equipamento dificulta a interoperabilidade dos diversos intervenientes, com todas as desvantagens para o sucesso das operações de Protecção Civil.

A candidatura não obteve parecer favorável por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil, tendo sido considerada pela Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários, objecto de uma decisão de não aceitação.

Torna-se fundamental que o Serviço Municipal de Protecção Civil de Alcochete e os Bombeiros Voluntários de Alcochete, em situações de emergência de acidente grave ou catástrofe, procedam de forma imediata a fim de ser activada toda a estrutura de apoio logístico, e para tal é necessário que o Município de Alcochete fique apetrechado de um equipamento rede rádio de comunicações de emergência, que permita uma fácil coordenação na activação de todos os meios e recursos do Município para as operações que estejam a decorrer.

A Rede de Comunicações de emergência constitui um meio fundamental para assegurar o comando, controlo e coordenação das operações de socorro e

Protecção Civil, quer em tempo normal, quer em tempo de catástrofe ou calamidade.

De acordo com o exposto e uma vez que a candidatura não foi aprovada, a Câmara Municipal decidiu suportar os custos totais da aquisição de uma rede de rádios de comunicações actualizada e com capacidade de resposta a situações de emergência no mais curto espaço de tempo.

Assim, proponho a doação dos seguintes equipamentos de comunicações à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete:

Qt.	Descrição	Data de aquisição	Valor de aquisição
1	Sistema de Antenas e Radiante – Antena de VHF (155-175 MHz)	18-12-2008	€5.726,53
1	Torre de Comunicações espiada de estrutura metálica triangular com altura de 12 Mts	18-12-2008	€1.326,08
1	Sinalização luminosa de apoio à navegação aérea	18-12-2008	€296,00
1	Rádio Motorola Gm 360 B Alta com consola de apoio em secretária e microfone	18-12-2008	€562,40
2	Rádio Portátil de VHF/FM E-TECH, IP-100	18-12-2008	€562,40
8	Rádio Portátil de VHF/FM HYT TC-610	18-12-2008	€1.381,28
2	Micro/Altifalante remoto E-Tech ip-100	18-12-2008	€56,84
8	Micro/Altifalante remoto HYT TC-610	18-12-2008	€181,84
8	Estação Portátil PMR446	18-12-2008	€407,28
Total			€10.500,65

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO

Pelo senhor Vereador José Luís Alfélua foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária, n.º 22/09/DOMRV, referente à circulação de trânsito na zona envolvente da Biblioteca Municipal, por forma a melhorar as condições de circulação do trânsito, propomos à aprovação da Câmara Municipal o seguinte:

1. Que a Rua Ramiro Correia passe a ter sentido único de trânsito, da Rua D. António Luís Pereira para a Av. da Restauração;
2. Que a Rua Professor Santos Nunes passe a ter sentido único de trânsito, na direcção da Rua D. António Luís Pereira para Rua Professor Leite da Cunha.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por maioria, com 3 abstenções do PS e 4 votos da CDU.

PEDIDO DE ISENÇÃO/REEMBOLSO DA TAXA DE SANEAMENTO – CLIENTE N.º 1278034

Pelo senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência do pedido apresentado pelo Sr. Joaquim Filipe Manuel, cliente n.º 1278034, e da informação da Divisão de Águas e Saneamento que refere que, apesar do local ser dotado de rede de saneamento, a mesma não se encontra em funcionamento, pois aguarda a execução da Estação Elevatória do Passil.

Proponho o seguinte:

Isenção do pagamento da taxa de saneamento, ao referido requerente, na sua vertente de drenagem de águas residuais, enquanto se mantiver a situação, e reembolso dos valores das taxas de saneamento pagas desde Abril de 2007, até à presente data, no valor de € 48,06 (quarenta e oito euros e seis cêntimos).

Este valor é estimado (foi feita uma simulação de refacturação), pelo que poderá estar sujeito a alteração conforme a data em que se efectuar a refacturação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO/ANO 2008

Pelo senhor Presidente foi apresentado o Relatório acima indicado, que a seguir se transcreve:

«Criada a Comissão Arbitral Municipal – CAM através de deliberação de reunião de Câmara de 2 de Abril de 2007, com sede no Sector de Reabilitação, Imagem Urbana e Habitação, inserido na Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Alcochete, localizado no Largo do Troino número 18, em Alcochete, demos continuidade aos trabalhos de acordo com as suas competências definidas no Decreto-Lei n.º 161, de 8 de Agosto de 2006.

De acordo com o artigo 19.º do mesmo Decreto-Lei a CAM deve aprovar o relatório anual de actividades e avaliação, elaborado pelo presidente, e enviá-lo à Assembleia Municipal.

Relatório de Actividades CAM – 2008

A CAM manteve os mesmos membros com excepção da Dra. Manuela Douradinho, que de acordo com informação da Ordem dos Advogados, nomeou para seu representante, junto da Comissão Arbitral Municipal o Sr. Dr. Antunes da Silva.

No ano de 2008 deram entrada 6 processos relativos a pedidos do nível de conservação do locado, sendo 1 relativo a uma reclamação e outro relativo a uma comunicação do aumento de renda. Procedeu-se ainda à continuação de 3 processos relativos a pedidos de verificação do coeficiente de conservação do locado e a uma reclamação referentes aos anos de 2007 mas concluídos no início de 2008.

Foram efectuadas três reuniões da CAM, tendo procedido a atribuição do coeficiente de conservação de 7 locados.

De acordo, com o mapa de trabalhos a seguir indicado, verificamos a obtenção de receitas no valor de € 528,00 e uma liquidação de pagamentos aos técnicos que efectuaram as vistorias e dos membros da CAM presentes nas reuniões efectuadas durante o ano de 2007 e algumas de 2008 no valor de € 1.940,79. Informa-se ainda que se encontram por liquidar alguns pagamentos aos técnicos que efectuaram as vistorias e aos membros da CAM presentes na reunião de 24 de Outubro de 2008, por razões de ordem processual, pelo que a referida despesa entrará nas contas de 2009.

Foram prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos proprietários e inquilinos relativamente à actualização das rendas, prevista no Novo Regime de Arrendamento Urbano, tendo-se procedido a 38 atendimentos.

O relatório foi presente à reunião de CAM realizada no dia 11.02.2009, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.»

Relatório Receitas Anual 2008

Proc.	Contribuinte	Morada	Designação	Nº Guia	Receitas
3157	Manuel João Avelino Póvoas	Rua do Cotovelo, nº 11, 1º andar, Samouco, 2890-259	Reclamação do Nível Conserv. do Edifício	147	48,00 €
5527	António Rosa Costa (arrendatário)	Rua Barata Salgueiro, nº 24 a), R/C, 2890 - Samouco	Reclamação do Nível Conserv. do locado	635	48,00 €
5527	José Teófilo Avelino Póvoas (proprietário)	Rua Barata Salgueiro, nº 24 a), R/C, 2890 - Samouco	Reclamação do Nível Conserv. do locado	869	48,00 €
14378	António Pedro da Silva Martins	Estrada Nacional nº 110 , nº 201 , 2890 - 321 São Francisco	Pedido de Nível Conserv, do locado	1252	96,00 €
15802	António Monteiro Guerra - Cabeça de Casal da Herança de	Largo Coronel Ramos da Costa, nº 24, 2890-023 Alcochete	Pedido de Nível Conserv, do locado	1734	96,00 €
3162	Francisco Palma Dias Colaço	R António Aleixo Poeta, Qta da Braga Nº 1 .2890-000 Samouco	Pedido de Nível Conserv, do locado	2088	96,00 €
17594	Ana Maria Janeiro Amaro Oliveira Vieira	R. Prof. Leite da Cunha nº 2 - r/c esq. - 2890 - 087 Alcochete	Pedido de Nível Conserv, do locado	2110	96,00 €
				TOTAL	528,00 €

Relatório Despesas Anual 2008

Proc.	Representante / Técnico / Árbitro	Nome	Designação	Quant.	Despesas
	Ordem dos Advogados	Maria Manuela da Silva Douradinha	Presença em reunião da CAM	3	197,50 €
	Ordem dos Arquitectos	Maria de Lurdes de Brito Pina Serra	Presença em reunião da CAM	2	130,76 €
	Proprietários do Barreiro	João Afonso Gonçalves	Presença em reunião da CAM	3	197,50 €
	Associação Comércio e Serviços distrito Setúbal - Delegação Monitjo e Alcochete	Carla Valéria Siqueira Pinto da Silva	Presença em reunião da CAM	3	197,50 €
	Associação dos Inquilinos Lisbonenses	Hernâni Horácio Couto Jorge de Oliveira	Presença em reunião da CAM	3	197,50 €
3157 e 5862	Técnico da Vistoria	Bruno Ricardo de Almeida Vaz	Pedido de Nível Conserv. do Edifício	2	96,00 €
3157	Árbitro da Vistoria	Carla Valéria Siqueira Pinto da Silva	Reclamação do Nível Conserv. do Edifício	1	86,40 €
	Técnico da Vistoria	Maximina Maria Vieira dos Santos Almeida		1	72,00 €
	Técnico da Vistoria	Pedro Manuel Paiva Duarte Ferreira		1	72,00 €
3156 e 5530	Técnico da Vistoria	Manuel Maria Bello de Sousa Rêgo	Pedido de Nível Conserv. do Edifício	2	96,00 €
3156 e 5530	Técnico da Vistoria	Susana Maria Barreiro Fragata	Pedido de Nível Conserv. do locado	2	96,00 €
5526 e 5527	Técnico da Vistoria	Ricardo Alexandre da Silva Bastos	Pedido de Nível Conserv. do Edifício	2	96,00 €
5527	Técnico da Vistoria	Dina Maria Néné Rosa	Pedido de Nível Conserv. do locado	1	72,00 €
5527	Árbitro da Vistoria	Maria de Lurdes de Brito Pina Serra	Reclamação do Nível Conserv. do locado	1	72,00 €
6325, 6354/9	Técnico da Vistoria	Nuno Alexandre António Neves	Pedido de Nível Conserv. do Edifício	7	261,63 €
				TOTAL	1.940,79 €

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou por unanimidade, remeter o presente Relatório à Assembleia Municipal de acordo com o Decreto-Lei n.º 161, de 8 de Agosto de 2006.

DOAÇÃO DE ARTIGOS DE PUERICULTURA

Pelo senhor Vereador Paulo Machado foi apresentada a seguinte proposta:

«A Farmácia Cavaquinha, com sede na Rua Artur Garrett, n.º 2, em Alcochete, na qualidade de membro do Conselho Local de Acção Social de Alcochete (CLASAlcochete), pretende contribuir com um donativo em artigos de puericultura, designadamente tetinas, biberões, chuchas e babetes, no valor global de € 1.453,00 (mil quatrocentos e cinquenta e três euros), para apoio a acções desenvolvidas pela Divisão de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde.

Atendendo ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Alcochete aceite o donativo, mediante a emissão do recibo respectivo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

ADENDA AO PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE E A CERCIMA

Pelo senhor Paulo Machado foi apresentada a seguinte proposta:

«A CERCIMA – Cooperativa de Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo e Alcochete, C.R.L., irá celebrar um acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., para a implementação do Centro de

Actividades de Apoio Social de Alcochete (CAASA), que irá suceder ao Centro de Actividades de Tempos Livres de Alcochete (CATLA).

Para o efeito, é necessária uma Adenda ao Protocolo de Parceria celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e a CERCIMA, que foi aprovado em Reunião de Câmara de 8 de Agosto de 2007.

As alterações produzidas pela Adenda cingem-se à alteração da designação do actual Centro de Actividades de Tempos Livres de Alcochete (CATLA), que passa a designar-se por Centro de Actividades de Apoio Social de Alcochete (CAASA).

Atendendo ao exposto, propõe-se que seja celebrada a Adenda ao Protocolo de Parceria, nos termos propostos pela CERCIMA.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta de Adenda ao referido Protocolo, por unanimidade.

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Pelo senhor Vereador Paulo Machado foi apresentada a seguinte proposta:

«A primeira proposta para alteração ao mapa de pessoal aprovado em sessão de Câmara de 17/12/2008 e em Assembleia Municipal a 27/12/2008, compreende as seguintes sugestões:

1. DLC – Criação de um novo posto de trabalho por tempo determinado, para um Técnico Superior na área de formação de Engenharia Mecânica, orçamentado para 8 meses;
2. DOMRV – Anulação de um posto de trabalho por tempo indeterminado, da carreira de Assistente Operacional, área funcional de Asfaltador, em virtude da aposentação a 01/01/2009 do trabalhador *Manuel António Vagarinho*

Barbosa; Criação de dois novos postos de trabalho por tempo determinado, para dois Assistentes Operacionais na área funcional de Asfaltador;

3. DOTU – Rectificação para aditamento de um posto de trabalho com provimento por tempo indeterminado, da carreira Técnica Superior, área funcional de Arquitectura, cujo trabalhador que o ocupa se encontra no regime de licença sem vencimento;
4. DAEV – Rectificação para aditamento de dois postos de trabalho com provimento por tempo indeterminado, da carreira de Assistente Operacional, um na área funcional de Limpeza Urbana, outro na área funcional de jardins, cujos trabalhadores que os ocupam se encontram no regime de licença sem vencimento;

Transição de um posto de trabalho por tempo determinado vago para um ocupado por um assistente operacional, na área funcional de Coveiro

Criação de um novo posto de trabalho por tempo determinado, para um Assistente Operacional na área funcional de jardins, orçamentado para 8 meses;

5. DEDSS – Rectificação para aditamento de um posto de trabalho com provimento por tempo indeterminado, da carreira de Assistente Técnico, cujo trabalhador que o ocupa se encontra no regime de licença sem vencimento.
6. DCIL – Criação de um novo posto de trabalho por tempo determinado, para um Assistente Técnico, orçamentado para 8 meses.
7. Consequentes alterações na estrutura mapa resumo.»

Estrutura do Mapa resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria para 2009, nos termos do Artigo 5º da LVCR					
CARGO/CARREIRA/CATEGORIA	Nº Postos de trabalho		Nº Postos de trabalho		
	por tempo indeterminado		por tempo determinado		
	Ocupados	Vagos	Ocupados	Vagos	
Chefe Divisão d)	3	9			
Técnicos Superiores	Administração Pública e Autárquica	1			
	Animação Cultural	1			
	Animação Sociocultural	1			
	Antropologia			1	
	Arqueologia	1			
	Arquitetura e)	8		1	
	Biblioteca e Documentação	1			
	Contabilidade e Administração	1			
	Direito	2			
	Economia	1			
	Educação	1		1	
	Educação Física	4		5	
	Engenharia Agrícola	1		1	
	Engenharia Alimentar	1			
	Engenharia Ambiente	1			
	Engenharia Civil a)	6		1	
	Engenharia Electrotécnica			1	
	Engenharia Mecânica				1
	Especialista Informática de Grau 1			1	
	Gestão	1			
História	3				
Médico Veterinário	1				
Recursos Humanos b)	1				
Técnico Superior	18		11		
Coordenador Técnico	3				
Informática	3		2		
Assistente Técnico c), e)	68		7	2	
Encarregado Operacional e)	7				
Assistente Operacional	169		69	5	
a) Um destes postos de trabalho não se encontra orçamentado por estar a ocupar lugar de dirigente;					
b) Este posto de de trabalho não se encontra orçamentado por estar a ocupar lugar de dirigente;					
c) 1 Posto de de trabalho por tempo indeterminado orçamentado para 10 meses;					
d) Nos vagos 7 postos de trabalho estão orçamentados para 10 meses					
e) 4 Postos de trabalho, nomeadamente um Técnico Superior, um Assistente Técnico e dois Assistentes operacionais encontram-se					
no regime de licença sem vencimento					

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por maioria, com 3 abstenções dos Vereadores do PS e 4 votos a favor da CDU.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

SUBSÍDIOS

➤ **Pelo senhor Vereador José Luís dos Santos Alféua Ferreira foram apresentadas as seguintes propostas:**

1 – «O Clube Taurino de Alcochete participou na Feira Anual Taurina, em Valverde del Camino, Espanha.

Para o efeito apresentou candidatura própria ao abrigo do artigo 4.º do regulamento de Apoio ao Movimento Associativo desta Autarquia.

A candidatura efectuada insere-se no âmbito do Programa de Realização de Actividades Pontuais, revestindo-se de grande importância para o Município de Alcochete.

Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de € 200,00 (duzentos euros), para fazer face aos encargos decorrentes com a actividade.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

2 – «A Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete realizou o seu habitual Almoço de Natal.

Para o efeito apresentou candidatura própria ao abrigo do artigo 4.º do regulamento de Apoio ao Movimento Associativo desta Autarquia.

A candidatura efectuada insere-se no âmbito do Programa de Realização de Actividades Pontuais, revestindo-se de grande importância para o Município de Alcochete.

Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros), para fazer face aos encargos decorrentes com a actividade.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

3 – «A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete irá organizar uma vez mais, os Bailes de Carnaval, que têm como objectivo angariar fundos para a substituição de material já desgastado e equipamento em geral, nomeadamente, de protecção individual, de forma a puderem prestar um melhor socorro à população.

Neste sentido, proponho um subsídio de 500,00 (quinhentos euros) para apoiar estas iniciativas.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta, por unanimidade.

INFORMAÇÕES

- **Pelo senhor Presidente foi dado conhecimento da seguinte Saudação remetida pela Junta de Freguesia de Samouco:**

«A Junta de Freguesia de Samouco saúda a Câmara Municipal de Alcochete, na pessoa do seu Presidente Dr. Luís Miguel Carraça Franco, pelo forte contributo para a consolidação da democracia com mais este acto de descentralização

política, administrativa e financeira e que reforça o prestígio e a autonomia do poder local democrático.

Aceite, pois, senhor Presidente os agradecimentos do Executivo da Junta de Freguesia de Samouco e do povo que representamos.

A partir desta cerimónia estamos mais ricos.»

A Câmara tomou conhecimento.

➤ **Pelo senhor Vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foram prestadas as seguintes informações:**

1 – «Em reunião ordinária de Conselho Municipal de Educação realizada dia 29 de Janeiro de 2009, na presença de todos os representantes das instituições legalmente nomeados foi apresentada a moção “Pela defesa da Escola Pública” pela Professora Maria João Alegria, representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público e subscrita também pela Educadora Ana Bela Rodrigues, representante do Pessoal Docente do Ensino Pré-Escolar Público.

A referida moção foi lida e votada pelos presentes, tendo sido aprovada por maioria pelo Conselho Municipal de Educação com um voto contra, seis abstenções e cinco votos a favor.

MOÇÃO
PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Considerando que o modelo de avaliação de desempenho dos Docentes – introduzido pelo Decreto Regulamentar n.º 2 de 2008, de 10 de Janeiro, conjugado com o Decreto-Lei nº15/2007 de 19 de Janeiro - Estatuto da Carreira Docente – contribuiu para a degradação do Ensino Público, na medida em que criou muitos obstáculos de natureza burocrática e administrativa na acção dos professores, afastando-os da sua verdadeira missão profissional: ENSINAR.

Considerando os pareceres do Conselho Científico para a Avaliação dos Professores, a opinião de uma grande maioria dos docentes portugueses, as posições assumidas pelos órgãos administrativos e pedagógicos das escolas, a posição das estruturas representativas dos Docentes, o posicionamento dos partidos políticos na oposição com assento parlamentar, a posição do Governo Regional dos Açores, o modelo de avaliação criado pelo Ministério da Educação caracteriza-se como sendo profundamente injusto, altamente burocrático, incoerente e nada contribuiu para a evolução profissional dos Docentes nem para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos destinatários do sistema educativo: OS ALUNOS.

Considerando que os professores portugueses mostram total abertura e interesse para serem avaliados, no quadro de um modelo justo, sem quotas de progressão, rigoroso e formativo que contribua para a dignificação da sua carreira profissional e para o progresso dos processos de ensino - aprendizagem dos estudantes portugueses.

Considerando que o clima de contestação e indignação dos professores, educadores e alunos, a insustentável instabilidade e mal-estar vivido por toda a comunidade educativa, prejudica efectivamente o processo de ensino/aprendizagem no País e, também no concelho de Alcochete, em particular.

O Conselho Municipal de Educação de Alcochete, reunido em 29 de Janeiro:

Reconhece a dedicação e o empenho que estes profissionais têm demonstrado no exercício da sua profissão, apesar de todas as adversidades e da intensa campanha ideológica que o actual governo tem desenvolvido tentando assim ferir a sua imagem junto da opinião pública.

Reconhece a luta corajosa, determinada, persistente e responsável travada pelos Docentes Portugueses em defesa dos seus interesses – indissociáveis da Defesa da Escola Pública.

Solicita, junto do Ministério da Educação, a suspensão da aplicação do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, conjugado com o Decreto-Lei n.º 15/2007 de 19 de Janeiro, bem como a legislação aprovada posteriormente, na tentativa de aplicar um modelo de avaliação simplificado – que continua a comportar um enorme potencial de contradições e problemas de aplicação – gerador de injustiças e instabilidade nas escolas.

O Conselho Municipal de Educação de Alcochete
29 de Janeiro de 2009»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Câmara Municipal está a levar a efeito o ciclo “Fado (Re)Visitado”

«A forte ligação de Alcochete ao fado levou a Câmara Municipal a dedicar todo o mês de Fevereiro a essa grande essência da alma nacional.

Começando com o fado tradicional, ao longo de todo o mês, serão exploradas várias abordagens onde “o nosso fado de sempre” assume contornos de enorme qualidade e diversidade. Do fado tradicional à dança, Fevereiro está a ser, sem sombra de dúvida, o mês do fado (re)visitado.

Este ciclo de programação cultural teve início na noite de 6 de Fevereiro com uma muito cuidada e intimista sessão de fado tradicional que contou com a presença dos fadistas Cláudia Picado e Carlos Leitão, acompanhados por José Manuel Duarte (guitarra portuguesa), Bruno Costa (viola de fado) e Jorge Carreiro (contrabaixo de cordas).

Já na noite de 13 de Fevereiro, o quarteto de saxofones Artemsax subiu ao palco do Fórum Cultural de Alcochete para apresentar um espectáculo de fusão entre o fado e o tango. Acompanhados pela bailarina Maria João Mirco, o quarteto explorou, com grande requinte e qualidade, o universo de Carlos Paredes e Astor Piazzolla, numa noite de grandes sensações e sentimentos.

O “Fado (Re)Visitado” continua já na próxima sexta-feira (20 de Fevereiro) com o projecto Raízes e o espectáculo “O Fado Como Destino”, na Igreja da Misericórdia, no domingo seguinte (22 de Fevereiro) com o espectáculo de teatro de marionetas e música “Silêncio Que Se Vai Contar o Fado” no Fórum Cultural de Alcochete e encerra, também no Fórum Cultural, a 28 de Fevereiro (sábado) com o grupo português “Deolinda”, naquela que será certamente uma grande noite de encerramento desta grande homenagem ao fado.»

A Câmara tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Intervieram as seguintes munícipes:

D. Elisa Noronha:

Perguntou porque foram retirados os baloiços do Bairro da Coophabitual;

Questionou a colocação de antenas (TMN) em edifícios junto à escola primária do Valbom, em virtude de ter informações que as mesmas são nocivas à saúde demonstrando, assim, a sua preocupação;

Solicitou a colocação de terra nos canteiros traseiros à sua residência, bem como a ligação da rede de rega;

Perguntou, também, a razão pela qual os reformados de Alcochete pagam € 7,50 aquando do almoço de Natal e os do Samouco não pagam nada.

D. Maria Isabel Clólo:

Informou ser proprietária de uma garagem na Rua D. Maria Teresa de Noronha e perguntou a quem pertence o terreno à saída da mesma;

Chamou a atenção para a proliferação de pombos na Rua Ruy de Sousa Vinagre;

Perguntou, também, se há forma legal de obrigar os proprietários a arrendarem as casas devolutas.

O senhor Presidente e os senhores Vereadores António Luís Rodrigues e José Luís Alfélua esclareceram as questões apresentadas.

Mais foi deliberado aprovar a presente acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:30 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.